

Abolicionismo em Juiz de Fora – MG, 1870/1888.¹

Thiago Bueno Pereira

Mestrando em História pela UFJF

1-Introdução

A presente comunicação tem como objetivo geral fazer uma reflexão sobre a historiografia referente ao abolicionismo brasileiro e como as idéias de liberdade foram conquistando “corações e mentes” na zona da mata de Minas Gerais, mais especificamente na cidade de Juiz de Fora durante a segunda metade do século XIX.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa que se encontra em fase inicial, desenvolvida junto ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Apesar do seu caráter inicial, as considerações que serão feitas são resultado das leituras já realizadas e de um primeiro contato com as fontes primárias. Acredito que alguns pontos aqui levantados terão outros desdobramentos com o aprofundamento da pesquisa, principalmente, nos periódicos que circularam na cidade de Juiz de Fora durante o período estudado.

2-Abolicionismo: discussão historiografia

Célia Azevedo, dentre outros autores, afirma que a história do abolicionismo possui duas dimensões: uma dimensão nacional e outra dimensão internacional. Ou seja, para compreendermos a construção e difusão de tais idéias o contexto internacional é diretamente associado ao cenário nacional. As idéias libertadoras já estavam sendo pregadas em várias nações, principalmente as européias. Muitas sociedades anti-

¹ Este trabalho faz parte de um projeto de pós-graduação em História vinculado a Universidade Federal de Juiz de Fora –UFJF.

escravocratas foram criadas nessa época, onde seus líderes mantinham diálogo freqüente com os abolicionistas dos países que ainda utilizavam da mão de obra escrava. Encontros para debater as questões da escravidão eram realizados, onde as idéias anti-escravistas passam a ter maior coesão com a formação de uma linguagem própria.²

Na segunda metade do século XIX, o Brasil passou por transformações importantes que afetaram diretamente as relações escravistas. Com o fim do tráfico de escravos da África, com o crescimento dos centros urbanos, com a industrialização, com a imigração, uma nova conjuntura se apresentava.

É nessa conjuntura de transformações, que as idéias abolicionistas ganham força. Gradativamente, a instituição escravista passou a não ser vista com bons olhos. Quebrou-se o que João José Reis e Eduardo Silva definiram como “paradigma ideológico colonial”, isto é, o escravismo passou a perder suas bases de sustentação, levando os ideais abolicionistas a se difundirem cada vez mais entre os vários segmentos da sociedade.³

Concordo com os autores que afirmam que essa maior difusão, grosso modo, ocorreu a partir da década de 1860. Porém suas raízes intelectuais são bem mais antigas. Para entender a natureza do abolicionismo no Brasil temos que procurar quais foram as influências intelectuais dos primeiros abolicionistas, qual era o principal motivo de preocupação daqueles homens da primeira metade do século XIX.

O abolicionismo brasileiro tem uma forte influência das idéias iluministas onde a principal preocupação dos seus precursores vai ser o desequilíbrio da sociedade, causado pelas ações de classes heterogêneas de senhores e escravos.⁴ *“Uma outra justificativa contrária á escravidão dada pelos abolicionistas era a de que ela era incompatível com o direito natural, com a religião e filosofia e com as leis das nações mais civilizadas”*.⁵ Para os abolicionistas todo o homem, independente de raça, tinha o direito natural a liberdade.

² AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo**: Estados Unidos e Brasil, uma História comparada (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003, p. 39.

³ REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das letras, 1999. p.71

⁴ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Op. Cit. p. 44-45.

⁵ AMANTINO, Márcia. **Os diferentes lados de uma mesma moeda**: o abolicionismo de Patrocínio e de Lacerda. Rev. Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora, UFJF, v. 3, n. 1, jan./jul., 1999, p. 04.

Portanto para estes homens, a liberdade era princípio essencial para que nação chegasse ao mesmo grau dos países civilizados.

O abolicionismo brasileiro foi construído por pessoas que viviam cotidianamente a escravidão e talvez o medo de uma revolta generalizada tenha ajudado a moldar o caráter deste abolicionismo. A “questão servil” deveria ser encaminhada cuidadosamente a fim de que não prejudicasse a produção e a formação da nação, questões que permeavam o pensamento dos abolicionistas, quer eles fossem legalistas ou não.⁶ O medo que a elite escravocrata tinha era de que após a liberdade a falta de braços para a lavoura iria ser geral, ocasionado um contexto de caos social.⁷

Segundo Célia Azevedo, ao contrário do que se deu nos Estados Unidos, o abolicionismo no Brasil se manifestava contra os atos de rebeldia escrava. O abolicionismo norte-americano via os escravos como “irmãos”, todos sendo filhos de um mesmo Deus e com direito inalienável a liberdade. Portanto, se o escravo se rebelasse ele estaria no seu direito de brigar por sua liberdade. Já o abolicionismo brasileiro é bem diferente, ele trata o escravo como um ser degradado pelo cativo e sem nenhuma noção de sua humanidade. Tirar ele dessa situação era uma tarefa dos homens civilizados, pois a escravidão era uma instituição que iria contra os preceitos morais de uma nação civilizada. Portanto o escravo que se rebelasse poderia ser considerado como um “bicho” devido ao estado de degradação que o cativo lhe imputou. Enquanto nos Estados Unidos seria o norte falando para o sul escravista, aqui é a elite branca falando para ela mesma. O movimento contra a escravidão no país se dirigia a própria elite, falando dos vícios e do atraso que a escravidão trouxe ao país.⁸ Os escravos, devido aos longos anos de cativo, eram incapazes de reivindicar seu direito a liberdade. Eles, de acordo com o abolicionismo, tinham sido embrutecidos pelo cativo precisando que alguém fizesse algo por eles.⁹

⁶ AMANTINO, Márcia. Op. Cit. p. 05.

⁷ MENDONÇA, Joseli Nunes Mendonça. **Entre a mão e os anéis**: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 55.

⁸ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. op.cit., p. 133.

⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.37

Assim, essa “voz de dentro” como ressalta Célia Azevedo, somada com um pensamento de caráter mais científico ajudam a moldar o abolicionismo brasileiro. É neste momento que as teorias evolutivas como o positivismo e o darwinismo social passam a entrar em contato com vários expoentes do abolicionismo nacional, servindo como base para várias preposições contra o sistema escravista, mas que, por outro lado, degradava o negro enquanto ser humano. Os abolicionistas brasileiros viam a África como o continente da miséria e dos vícios. O africano teria então trago para o Brasil os vícios que o “sangue preto” contém. Essa recorrência aos fundamentos científicos eram muito freqüentes, principalmente entre as décadas de 1870 e 1880, enquanto prova racional contra a escravidão.¹⁰

3- Abolicionismo em Juiz de Fora

Juiz de Fora se mostra como palco privilegiado de muitos dos embates relativos a “questão servil”. A cidade era o principal município cafeeiro da província de Minas Gerais na segunda metade do século XIX. Em conseqüência disso concentrava a maior população escrava da província, com cerca de 19.353 escravos “*com predomínio de escravos crioulos do sexo masculino, majoritariamente empregados na lavoura cafeeira, destinada a exportação*”. A diversificação econômica também foi uma característica importante do município de Juiz de Fora, tendo acontecido aqui um processo significativo de industrialização.¹¹ São expressões desse dinamismo econômico as obras de saneamento pela qual a cidade passou, a implantação da iluminação elétrica, o alargamento das ruas, enfim, uma série de transformações que colocaram Juiz de Fora como pólo regional da Zona da Mata mineira.

¹⁰ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Imagens da África e da Revolução do Haiti no abolicionismo dos Estados Unidos e do Brasil*. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 116, 1996, p.60-63.

¹¹ PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)**. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1993.

Essas transformações econômicas e sociais foram acompanhadas também por transformações culturais/mentais. Como importante centro urbano da província de Minas Gerais, para Juiz de Fora também convergiam um grande fluxo de idéias abolicionistas.

A imprensa teve um papel muito importante na difusão dessas idéias. Ao mesmo tempo em que a instituição escravista era condenada, construía-se uma imagem do negro marginalizado e dado ao vício. Como ressalta Lília Schwarcz, é interessante notar que quanto mais o negro se tornava um “cidadão”, mais ele se aproximava do estereótipo da criminalidade.¹²

Como o negro era “*entendido como um elemento que por seus instintos selvagens era incapaz de conviver e regenerar em ambiente civilizado*”¹³, era preciso achar uma solução para a “questão servil”. A defesa da imigração vem para tentar responder as muitas das questões colocada pela elite escravocrata, principalmente das regiões cafeeiras. O abolicionismo via na imigração a chave para a solução de dois principais problemas: 1 - o “branqueamento” da população, tornando o povo brasileiro apto ao progresso ; 2 - suprir a falta de braços para a lavoura, e a conseqüente entrada do Brasil para o grupo dos países civilizados, com a introdução no país de um “sangue dado ao trabalho” e ao desenvolvimento.¹⁴

Portanto enquanto o negro é visto como o responsável pelo atraso do país sendo ele um ser degradado pela escravidão, o imigrante era aquele que viria para tirar o país de sua situação de atraso¹⁵. Esse tipo de pensamento é facilmente encontrado em jornais da época :

*“Derroquemos os fracos alicerces da escravidão, ao estrangeiro estreitamos o amplexo de irmãos, nacionalizando-os, recebamos ativos e jubilosos as grossas correntes de imigração e o advento da liberdade em breve echoará no grande concerto da livre América”.*¹⁶

¹² SCHWARCZ, Lília M., Op. Cit., p. 224.

¹³ Idem, p. 242.

¹⁴ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Op. Cit., p 176.

¹⁵ Idem. p.173.

¹⁶ Ver: BMMM-Setor de Memória. A propaganda. Juiz de Fora, 16 de junho de 1887.

Este jornal de Juiz de Fora nos mostra que o imigrante é visto aqui já como “irmão”, enquanto que o negro nem faria parte de um futuro de desenvolvimento e civilidade dentro da “livre América”.

Apesar da escravidão ter perdido suas bases morais, o trabalho escravo continuava a ser visto como parte essencial da produção agrícola do país. A mão de obra escrava mesmo nos últimos anos de cativeiro era usada abundantemente nas regiões produtoras para o mercado externo. O senhor agia assim de forma racional, pois o escravo dava lucros e ainda era a melhor opção.¹⁷ Fica claro que o movimento pela abolição imediata da escravatura não era vista com bons olhos pela elite da cidade:

“A Câmara Municipal da cidade de Juiz de Fora, como intérprete fiel dos sentimentos e interesses de seus munícipes, resolveu unanimemente, em sessão de 3 do corrente mês, por indicação de um de seus membros, representar ao Senado e à Câmara dos Senhores Deputados, no intuito de solicitar providências e medidas que façam cessar o estado anormal de coisas criado pelo movimento abolicionista, o qual, pela atitude assumida, constituiu-se elemento de desordem, e fonte de atentados contra a propriedade servil, reconhecida e garantida pela legislação do país; pondo em perigo constante a segurança pessoal dos proprietários de escravos, principalmente lavradores, promovendo intempestivamente a desorganização do trabalho, em condições já muito precárias: e desconhecendo que o problema da emancipação depende de medidas complexas e de máxima prudência.”¹⁸

Essa “máxima prudência” pode ser entendida através da idéia pregada pelos escravocratas em geral: o medo da desordem e do caos. A sociedade, segundo muitos deles, tinha que estar preparada para esta transição, pois tinha-se o grande medo que o caos poderia se instalar na sociedade com a formação abrupta de uma grande “massa de vagabundos” livres. Caos que *“(...) era estreitamente vinculado ao comportamento que, avaliava-se, teriam os escravos quando se tornassem livres”¹⁹.*

Acredito que um dos responsáveis por esse pensamento de que o negro escravo não era capaz de conduzir sua própria vida seja do próprio abolicionismo brasileiro. Voltamos

¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de História e política. Belo Horizonte; Editora da UFMG, 1998. p.67.

¹⁸ Ver: BMMM, Setor de Memória, O Pharol. Juiz de Fora, 08 de agosto de 1884.

¹⁹ MENDONÇA, Joseli Nunes Mendonça. Op. Cit. P. 51

naquela idéia, já colocada algumas linhas atrás, de que o abolicionismo se dirigia a elite branca, visto que o escravo era incapaz de tomar consciência de seu “estado” pois o cativo o teria “embrutecido”. Os abolicionistas procuravam construir uma imagem do escravo como vítima, buscando com isso um sentimento de empatia pelo escravo²⁰. Mas mesmo assim isso não elimina o caráter construído pelo abolicionismo de que no Brasil a escravidão teria sido mais “amena” do que em outros países escravistas, de que aqui o “bom senhor” era a grande maioria entre os escravocratas. Esse pensamento era construído pelo próprio senhor, para legitimar sua posse sobre o escravo, pois o cativo não teria condições de sobreviver sozinho. Dentro deste pensamento a abolição deveria ser feita de uma maneira lenta e gradual, para que os escravos tivessem tempo de se readaptar no novo estilo de vida. A grande maioria dos proprietários escravistas do município de Juiz de Fora já entendiam que a escravidão estava com seus dias contados a partir da lei de 28 de setembro de 1871:

“Nosso país está atravessando período difícil de transformação rápida do trabalho, e de reorganização econômica. (...) A lavoura tradicional deve ter-se convencido de que estão contados os dias da escravidão, limitada fatalmente pela lei ao século atual.”²¹ (O Pharol, 17/11/1886)

Estava claro então que o país passava por transformações e que a extinção da escravidão era uma questão de tempo. A idéia de que o cativo era injusto e amoral já havia se difundido, o problema que se colocava era de como seria feita a transição do trabalho escravo para o livre. A maior preocupação da elite era que o processo deveria ser feito dentro da ordem e da legalidade.

“Aqueles que, entre nós, mais tinham o que perder com a abolição da escravatura nunca tentaram resistir, com as armas na mão, ao movimento emancipador, muito pelo contrário, foram sempre os primeiros a estimular a propaganda abolicionista com os seus rasgos de generosidade sem limites foram sempre emancipadores e amigos do abolicionismo, mas do abolicionismo sensato, evolutivo,

²⁰ AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Imagens da África e da Revolução do Haiti no abolicionismo dos Estados Unidos e do Brasil**. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca nacional, 116,1996. p. 51.

²¹Ver: BMMM, Setor de Memória , O Pharol. Juiz de Fora, 17 de novembro de 1886.

*respeitador das leis do país e dos direitos adquiridos.*²² (Diário de Minas, 12/07/1888).

Nesta nota do jornal Diário de Minas, podemos destacar alguns pontos que ligam ao ideário abolicionista como um todo. O fato de estar se dirigindo a elite, e de se colocar como um abolicionismo “sensato, EVOLUTIVO, e respeitador das leis”, nos mostram o caráter do movimento que se deu na região. As imagens que o abolicionismo criou como sendo a escravidão algo herdado de nossos colonizadores e que no Brasil, ao contrário de outros países escravistas, o senhor é como que um “pai” para o escravo também foram difundidas pela imprensa local:

*“Nunca houve brasileiro que fosse amigo da escravidão dos negros. O senhor de escravos no Brasil sempre distinguiu-se por sua tolerância, por sua extrema simpatia para com a raça escravizada. Os estrangeiros foram sempre os primeiros a fazer justiça ao caráter do nosso povo, quando ainda de posse da funesta herança de nossos antepassados. É notório, disse Macaulay, o eminente historiador de Inglaterra, que a antipatia entre as raças européias e africanas é muito menos forte no Rio de Janeiro do que em Washington.”*²³ (Diário de Minas, 12/07/1888).

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abolicionismo no Brasil, de uma maneira geral, estava no curso das transformações pelo qual o mundo passava. Sociedades contra a escravidão eram criadas tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, Brasil, etc. O mundo engendrava um movimento de muitas transformações, tanto em aspectos econômicos quanto em sócio-culturais: o avanço do capitalismo, a formação de grandes centros urbanos, o surgimento de novas classes sociais, as transformações na produção agrícola, a industrialização, o próprio avanço da ciência, etc. Tudo isso nos ajuda a entender o modo que a sociedade, como um todo, enfrentava esses processos de mudança, e quais as conseqüências na mentalidade dos homens da segunda metade do século XIX. Como afirma Hebe Mattos:

²² Idem. Diário de Minas, Juiz de Fora, 12 de julho de 1888.

²³ Idem.

“A pesar das especificidades de cada processo de emancipação, as pesquisas tem convergido ao perceberem o fim da escravidão como um momento de profunda mudança nos referenciais culturais, que até então norteavam as relações econômicas, a convivência social e as relações de poder nas áreas escravistas da América”.²⁴

É muito importante perceber este movimento a nível mundial para entendermos no âmbito nacional como o abolicionismo foi concebido.

Em Juiz de Fora, pelo que podemos perceber até o momento, o abolicionismo se pautava pela legalidade no processo de transição da mão de obra escrava para a livre. Muitos aspectos do abolicionismo nacional estão presentes na imprensa local, como a representação do negro não ser dado ao trabalho, opção pelo imigrante e “generosidade” do senhor frente a seu escravo. Essas são linguagens que o abolicionismo utilizava para atacar a instituição escravista, e tentar mostrar para a sociedade quais eram as vantagens do trabalho livre, e que só assim o Brasil alcançaria o progresso e conseqüentemente entraria para o grupo dos países civilizados.

²⁴ MATTOS, Hebe Maria de Castro. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil século XIX. Rio de Janeiro : Nova Fronteira,2000. p.